

# Propostas de economias solidárias dos movimentos de mulheres indígenas em Abya Yala: o caso das cholitas anarquistas da Bolívia

Joselaine Raquel da Silva Pereira<sup>1</sup>

## Resumo

As mulheres indígenas de Abya Yala sofreram violências interseccionais, resultantes principalmente do processo de colonização e da colonialidade de nossas mentes e corpos. No entanto, essas mesmas mulheres construíram estratégias de resistência, baseadas no aprofundamento dos laços sociais e na conexão com os seres humanos e “mais do que humanos”. O movimento das cholitas anarquistas da Bolívia, ao se organizar coletivamente através de práticas anarco-sindicalistas, lutou por direitos e pela transformação das desigualdades sociais, obtendo mudanças efetivas nos âmbitos social e econômico para a sociedade da época, especialmente para as trabalhadoras da economia do cuidado. O objetivo deste estudo é analisar esse movimento a partir de uma revisão bibliográfica com perspectiva antropológica e ecofeminista, buscando exemplos de alternativas organizacionais relacionadas à economia solidária e à sustentabilidade da vida, baseadas na autogestão.

Palavras-Chave: Autogestão; Cholitas anarquistas; Ecofeminismos; Economias solidárias; Sustentabilidade da vida.

## 1 Introdução

Este texto foi elaborado inicialmente como atividade de avaliação para a disciplina “Seminário Teórico I: Questões da América Latina”, ministrada pelo Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri, para a turma de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Posteriormente, o trabalho foi adaptado para o formato de palestra e apresentado por mim no marco do evento “II Decolonialidade, feminino e negritude”, conectando mulheres racializadas de outra região do continente latino-americano e relacionando a luta travada pelas *cholitas* anarquistas a diversas outras lutas de mulheres pretas, pardas e indígenas em diferentes territórios de nossa *Abya Yala*.

Na sociedade ocidental, o trabalho realizado pelas mulheres dentro da divisão sexual do trabalho é invisibilizado, especialmente quando se utiliza a separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. A antropóloga Yayo Herrero (2016) afirma que essa distinção está distante da complexidade da realidade. As mulheres foram responsabilizadas pelas atividades

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), mestra pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) e bacharela em Antropologia e Diversidade Cultural Latino-americana, ambos pela mesma universidade; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; [joselainepereira.sm@gmail.com](mailto:joselainepereira.sm@gmail.com)”.

relacionadas ao cuidado de crianças, homens, idosos(as) e enfermos (as), além das tarefas domésticas, como a alimentação e a limpeza. Essas atividades são conhecidas como atividades de reprodução, mas, segundo o pensamento ecofeminista, elas são essenciais para a "esfera da produção", ou seja, para a economia, a política e outras áreas da vida pública. Não pode haver produção sem reprodução, e vice-versa. De acordo com Anna Bosch, Cristina Carrasco e Elena Grau (2003):

A dicotomia produção/reprodução inicialmente parecia interessante, pois permitia tornar visível a diferença das atividades realizadas fora da produção capitalista. No entanto, posteriormente, esse conceito se mostrou inadequado e simbolicamente distorcido, refletindo a forma dicotômica de pensamento da ideologia patriarcal. (BOSCH; CARRASCO; GRAU, 2003, p. 9)<sup>2</sup>.

Seguindo a mesma linha de pensamento, a socióloga ecofeminista Maria Mies (2016) afirma que, nas sociedades pré-históricas, as mulheres desempenhavam papéis fluidos entre o produtivo e o reprodutivo. A agricultura, por exemplo, teve origem nas experiências práticas das mulheres que buscavam alimentos para si mesmas, seus filhos e para a comunidade, constituindo as primeiras relações sociais de produção. De acordo com Mies, cerca de 80% da alimentação primitiva vinha da coleta de alimentos e da agricultura, ou seja, do trabalho feminino, enquanto os outros 20% provinham da caça, pesca, mariscos e outras atividades, das quais as mulheres também participavam.

As mulheres de cada povo acumularam uma vasta quantidade de conhecimentos transmitidos de geração em geração ao longo de milhares de anos, formando o que denominei "agrossabedorias" (PEREIRA, 2020). Esse conceito se refere aos saberes sobre plantas, solos, rios, mares, animais, sementes e outros seres — humanos e “mais-que-humanos”.

O papel central das mulheres em manter a cadeia produtiva alimentar, preservar as sementes, a biodiversidade e o cuidado com o meio ambiente, não é reconhecido social ou economicamente. Elas são criminalizadas e violentadas ao defenderem seus territórios e modos de vida comunitários diante do despojo e da expropriação de seus recursos naturais, chegando ao ponto de terem seus direitos à autonomia econômica, sexual e reprodutiva sobre seus corpos negados (KOROL, 2016).

Convergindo com as perspectivas de Maria Mies (2016) e Claudia Korol (2016), Silvia Federici (2017) aborda a acumulação primitiva do capital baseada na dominação dos corpos das mulheres, assim como nos sistemas ideológicos da monogamia, do casamento, da família e da

---

<sup>2</sup> Todas as citações deste texto passaram por tradução nossa.

religião. Esse processo de domesticação das mulheres tinha como objetivo a reprodução da força de trabalho para a produção de riquezas, culminando na famosa “caça às bruxas” que ocorreu inicialmente na Europa (MIES, 2016; FEDERICI, 2017).

Lorena Cabnal afirma que, para o pensamento das mulheres indígenas do Feminismo Comunitário da Guatemala, antes da chegada dos colonizadores existia, em *Abya Yala*, um patriarcado de baixa intensidade. Atualmente, esse patriarcado se soma a um patriarcado de alta intensidade, criando um entroncamento de patriarcados que também se conecta de forma interseccional ao racismo, ao capitalismo e a outras formas de opressão (CABNAL, 2010).

Outra forma de violência imposta pelo pensamento hegemônico ocidental é a separação dicotômica entre corpo e mente, humanidade e natureza, homens e mulheres, uma vez que as dicotomias, por sua própria natureza, são hierarquizantes e homogeneizantes. As mulheres desse grupo compreendem que existe uma conexão inseparável entre o corpo e a natureza, mais especificamente entre o território e o corpo das mulheres. Para exemplificar esse vínculo, elas criaram o conceito de corpo-território.

Yayo Herrero (2020) contribui para esse debate com a ideia de interdependência entre os seres humanos e ecod dependência em relação à natureza, destacando a necessidade de uma reorientação do metabolismo social. O modelo de produção capitalista rompeu a conexão entre os corpos, a terra e o território — principalmente para a população urbana ocidental —, enquanto os povos originários e camponeses ainda mantêm essa relação. As relações de ecod dependência conectam todos os seres humanos e “mais-que-humanos” em uma rede, impondo limites biológicos e físicos, mas também permitindo que os seres humanos contribuam para a sustentabilidade da vida, por meio do plantio de árvores, do cuidado com as plantas, da adubação do solo e da preservação dos rios, entre outros.

É importante lembrar que, nos últimos séculos, os seres humanos causaram mudanças irreversíveis no sistema planetário ao atuar contra a manutenção da vida e em prol da acumulação de capital. Por isso, muitos intelectuais chamam esse último período geológico de Antropoceno, afirmando que a ação humana gerou graves consequências para a biologia e a geologia do planeta (CRUTZEN, 2000 *apud* HARAWAY, 2016). Outros autores, como Andreas Malm e Jason Moore, propuseram o conceito de Capitaloceno, ao reconhecerem que é o capitalismo — e não a humanidade em geral — o responsável por toda essa destruição, já que a classe capitalista em si representa uma pequena fração dos humanos no planeta.

Ainda há outros termos alternativos, como *Plantationceno*, sugerido por Scott F. Gilbert (2015), para destacar o papel destrutivo do sistema de plantações do agronegócio, especialmente da pecuária, que envolve monoculturas para alimentar o gado, aumento da emissão de gases de efeito estufa e alto consumo de água e energia na indústria da carne. Por fim, Donna Haraway (2016) propõe o termo *Chthuluceno*, enfatizando a construção de outras temporalidades e espacialidades que incluam a atuação dos humanos e “mais-que-humanos” para retomar o equilíbrio do planeta a partir de sua recomposição biológica, cultural e política.

Miriam Nobre e Renata Moreno (2020) afirmam que também houve uma expropriação das relações de trabalho no sentido da submissão aos tempos adoecedores do capitalismo, de forma que a sobrecarga de trabalho para as mulheres se manifestou em dupla ou tripla jornada, considerando o trabalho doméstico não remunerado e sua divisão desigual entre os habitantes de um lar. É fundamental que a forma de produção permita tempo para o lazer e a manutenção dos laços afetivos comunitários, para que a sustentabilidade da vida ocorra de maneira saudável — física e psicologicamente. Nesse sentido, as *cholitas* anarquistas e sua organização anarco-sindicalista apresentaram formas alternativas de organização e trabalho cooperativo que priorizavam a sustentabilidade da vida.

Ao abordar o tema das economias solidárias (ES) — que são plurais —, recorro a algumas definições que relacionam as práticas de ES à busca por transformações sociais estruturais:

A ES não permite a exploração do trabalho alheio, nem formas de escravidão e dependência forçada por meio da violência física ou o medo da fome, nem a apropriação do produto do trabalho de outrem" (Coraggio, 2011). Ela propõe condições de trabalho dignas, que atendam às necessidades econômicas das pessoas e ofereçam emprego de qualidade, assim como formas consensuais e justas de valoração da troca nas relações comerciais e produtivas (Guridi e Pérez de Mendiguren, 2014). [...] A ES também promove a participação, pois se baseia em uma ética participativa e democrática, que busca fomentar o aprendizado e o trabalho cooperativo entre pessoas e organizações, por meio de processos de tomada de decisões conjuntas e de assunção compartilhada de responsabilidades, garantindo a máxima horizontalidade possível e respeitando a autonomia de cada uma delas. A ES defende o direito à participação em todos os âmbitos da vida e o direito à informação acessível, clara e frequente, para que se possa participar e tomar decisões em todos os aspectos que nos concernem como indivíduos (LARRAÑAGA et. al., 2014, p. 102).

Um valor fundamental para as economias solidárias é a autonomia e, por consequência, a autogestão, privilegiando que cada sujeito aprenda a produzir e construir, individual e coletivamente, tudo o que for necessário para a sustentabilidade da vida, de acordo com seus modos de vida culturalizados, historizados e territorializados. A partir daí, as economias solidárias se conectam com a práxis anarquista, com base em valores como solidariedade, cooperação, democracia direta e, principalmente, autogestão.

O pensamento anarquista se funda na construção de uma nova subjetividade que busca a emancipação humana em três dimensões: econômica-social, moral e intelectual, alterando a forma como as relações sociais se dão, tanto na esfera política formal quanto na vida cotidiana. Para as economias solidárias, a conduta ética também é importante, especialmente em relação ao modo de produção, razão pela qual muitas vezes se posicionam como anticapitalistas. Além disso, há uma conscientização sobre a responsabilidade que o consumo de determinados produtos carrega (LIMA; CARVALHO, 2018).

Entre os valores que unem as economias solidárias, o anarquismo e o ecofeminismo estão a equidade (ausência de hierarquia) na participação política de todas as pessoas, representando de forma interseccional a diversidade de gênero, raça, classe, sexualidade, territórios, entre outros. Com o objetivo de reduzir ou eliminar as desigualdades sociais, esses movimentos buscam, por meio da autogestão — em oposição à heterogestão, ou seja, ao trabalho dirigido por terceiros —, se apropriar de seus corpos, territórios e de suas capacidades de organizar, por si mesmas, seu tempo e trabalho.

O processo de retomada da autonomia individual e coletiva é trabalhoso, pois essa dimensão de nossa subjetividade foi arrancada pela colonização e pelo desenvolvimento do capitalismo. Por esse motivo, há muitos conflitos dentro dos próprios movimentos sociais, desde as lutas históricas de classes dos séculos XIX e XX, com destaque para os movimentos socialistas e anarquistas.

Algumas ideologias capitalistas são difíceis de romper, como a reprodução do individualismo, a competitividade, a distribuição desigual das tarefas, a falta de responsabilidade com o coletivo, a manutenção de hierarquias e a violência, entre outras. Daí a importância da incorporação de exemplos de mulheres dos povos originários, que mantêm seu tecido social comunitário e que podem contribuir para a reconstrução de nossos vínculos. Essa é a raiz ancestral que conecta as *cholitas* anarquistas às economias solidárias, e é esse o ponto de partida do meu objetivo de analisar o referido movimento a partir de uma revisão bibliográfica com perspectiva antropológica e ecofeminista, buscando, em sua atuação, exemplos de alternativas organizacionais relacionadas à economia solidária e à sustentabilidade da vida, baseadas na autogestão.

As *cholitas* anarquistas eram mulheres de origem indígena, principalmente quéchuas e aimarás, que preservavam suas línguas e vestimentas tradicionais — as *polleras* (saias longas coloridas com desenhos étnicos) —, além de mulheres mestiças. Suas ocupações incluíam trabalhadoras culinárias, empregadas domésticas, floristas, comerciantes, entre outras. Em

1927, elas se reuniram para fundar a *Federación Obrera Femenina* (FOF), em La Paz. Entre as fundadoras do movimento estavam Rosa Rodríguez, Catalina Mendoza e Susana Rojas, e algumas das participantes eram Petrolina Infantes, Julia Chávez, Nicolasa Ibáñez, Cristina Medrano, María Mejía, Tomasa Patón e Asunta Villacorta.

Nesse contexto, o socialismo influenciava fortemente o proletariado industrial, enquanto o anarquismo era mais comum entre os trabalhadores e trabalhadoras artesanais, o que resultava em conflitos e divisões entre os dois movimentos. No entanto, havia também uma grande proximidade com o sindicalismo andino em geral, especialmente com a *Federación Obrera Boliviana* (FOB) e a *Federación Obrera Local* (FOL). Também é importante destacar o contexto da Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, que influenciou a política desses territórios, principalmente para as mulheres, que foram obrigadas a assumir novos papéis na economia familiar e comunitária. Deixo abaixo uma citação da minha amiga antropóloga boliviana, Wara Belén Palacios Tamayo:

A década de 1920 foi um momento tenso para a Bolívia, pois estava ocorrendo uma das guerras mais sangrentas nos territórios de Paraguai e Bolívia. Foi no auge da Guerra do Chaco que muitos homens, de diferentes idades, foram obrigados a se alistar nas fileiras do exército. Os indígenas e camponeses foram enviados à linha de frente como carne de canhão. Esse evento fez com que muitas mulheres ficassem encarregadas de sustentar suas famílias e, junto com os mineiros, de sustentar o país com seu trabalho, que ia além do âmbito doméstico. Nesse contexto, surgiram forças para organizar as bases trabalhadoras e operárias. Dessa vez, as mulheres que haviam perdido seus maridos, as mães solteiras, as cholas e as trabalhadoras domésticas assumiram maior protagonismo (TAMAYO, 2022, p. 37-38).

Em 1935, uma proibição municipal impedia as *cholas* culinárias de subirem nos trens em La Paz, com a justificativa racista de que suas *polleras* não eram higiênicas. Exigia-se, para isso, um documento de sanidade. Na época, Petrolina Infantes, participante da FOF, criou o Sindicato de Culinárias com o objetivo de unificar a luta contra essa lei e outras atitudes discriminatórias. A organização conseguiu que os patrões arcassem com os custos do exame médico e do documento de sanidade para todo o pessoal de serviço de suas casas. Isso também inspirou o surgimento de outras organizações, como a *Unión Femenina de Floristas*. Entre as principais conquistas do Sindicato de Culinárias estão: o reconhecimento do trabalho culinário como profissão, a jornada de trabalho de 8 horas, aumentos salariais, a construção de novos mercados, a revogação do aumento das tarifas de trem e dos produtos de necessidade básica, a construção de creches gratuitas, o direito ao divórcio e o amor livre do casamento.

Imagem 1 – *Cholitas* anarquistas



Fonte: Cronistas latinoamericanos (2021).

A organização coletiva se reconhecia como revolucionária, anticapitalista, antiestatista e antipatriarcal, e se posicionava contra o reformismo proposto pelos governos nacionais. O anticlericalismo era seguido por algumas dessas mulheres, mas muitas delas praticavam o sincretismo religioso, utilizando elementos do cristianismo em suas lutas contra as opressões. As festas dos santos eram celebrações muito importantes, assim como as marchas de 1º de Maio, nas quais, muitas vezes, rezavam pelos(as) companheiros(as) falecidos(as) em combate.

Após o assassinato do presidente Gualberto Villarroel López, durante as marchas de protesto em 1946, a repressão e a perseguição aos anarquistas se intensificaram. A FOF – que

chegou a ter cerca de 5.000 mulheres envolvidas – começou a se enfraquecer lentamente com sua incorporação à *Confederación Obrera Boliviana* (COB), até que se dissolveu definitivamente em 1964, com a proibição dos sindicatos durante o golpe militar de René Barrientos.

## 2 Hipótese

A hipótese desta pesquisa é que a atuação sociopolítica do sindicato anarquista da *Federación Obrera Femenina* (FOF) revela diretrizes para a constituição de projetos de economia solidária entre coletivos femininos até os dias atuais.

## 3 Metodologia

A metodologia utilizada para o estudo das práticas das *cholitas* anarquistas foi a revisão documental de material bibliográfico e audiovisual com uma abordagem antropológica, ecofeminista e anarquista.

## 4 Resultados

Observa-se que as *cholitas* anarquistas compartilhavam valores comuns que construíram uma identidade coletiva entre mulheres de diversas ocupações, mas pertencentes à mesma classe social. Entre esses valores estavam a ética nas relações de trabalho, a igualdade social e de gênero nas representações sindicais, a liberdade e a autonomia anarquistas em relação às imposições do Estado, entre outros.

Em sua busca por autonomia e por uma sociedade mais justa e equitativa, a educação (formal ou informal) foi um ponto chave, considerando que muitas mulheres da época não sabiam ler nem escrever, elas se organizavam para compartilhar conhecimentos intelectuais e culturais. Como afirma Wara Tamayo: “Elas também estavam preocupadas com sua educação e formação cultural. Juntas, haviam criado espaços em seus mercados para pequenas bibliotecas, de onde pegavam livros para ler enquanto trabalhavam em suas barracas.” (TAMAYO, 2022, p. 42)

A ética trabalhista anarquista que inspirava essas mulheres estava intrinsecamente ligada à autonomia de seus corpos (como mulheres e pessoas racializadas) e de seu tempo. Além

de lutarem contra as jornadas de trabalho abusivas, procuravam manter uma relação criativa e subjetiva com seus ofícios, reconhecendo-os como formas de arte – a arte culinária, a arte florista, a criação de utensílios e artesanatos, entre outros.

É importante destacar que as cholas se vinculavam à FOF a partir de suas ocupações econômicas, mas, muitas vezes, esse não era o principal elo de união. Em muitos casos, predominava a identidade sociocultural, também constituída pela identidade de gênero, uma vez que a federação era exclusiva para mulheres.

No contexto da economia solidária feminista, nota-se que elas atuavam a partir de uma perspectiva semelhante à do enfoque de capacidades. Cada mulher contribuía para a organização de acordo com suas habilidades, oportunidades e vontades, unindo forças com outras companheiras que também aportavam em outras áreas, e apoiando solidariamente aquelas que necessitavam de ajuda financeira ou que estivessem doentes. Destaca-se, ainda, a cooperação na arrecadação de recursos econômicos para a atividade sindical, realizada por meio da organização de bailes, piqueniques, vendas de artesanatos, entre outras ações.

Desse modo, a associação coletiva em sindicatos e federações proporcionou soluções diretas para os problemas enfrentados pelas mulheres com a implementação do capitalismo e sua ideologia individualista. Além disso, conferiu maior visibilidade política a causas que, individualmente, não seriam ouvidas, e possibilitou a mobilização de recursos econômicos para os fins sindicais.

## 5 Discussão

As *cholitas* da FOF desempenharam um papel importante tanto no sentido político quanto econômico e pedagógico. Elas foram um exemplo de organização anarquista que não cedeu às exigências do Estado, privilegiando uma tomada de decisões assembleares horizontais e não hierárquicas. Como afirma César Enrique Piñeda Ramírez: "A política assemblear é uma das possíveis formas de política comunitária. Nela reside o potencial de garantir que o poder se mantenha no coletivo." (PIÑEDA RAMÍREZ, 2019, p. 130)

Além disso, os ideais anarquistas conectavam a luta contra vários tipos de exploração que essas mulheres sofriam e relacionavam a dimensão cotidiana da política à liberdade em todas as suas formas:

O anarquismo desempenhou um papel importante no surgimento e no caráter da FOF; estimulou a autonomia sindical, a liberdade individual e a independência. Sendo uma

luta não apenas contra a exploração, mas contra todo tipo de opressão, integrou aspectos fundamentais da vida das mulheres. Essa reivindicação feminina coincidiu com o resgate anarquista da individualidade. Por outro lado, o pensamento libertário despertou o interesse cultural e intelectual dos artesãos anarquistas, que viam seu trabalho como uma atividade criativa e não apenas econômica. As mulheres da FOF, além das reivindicações econômicas comuns à prática sindical, mantiveram sempre o interesse por sua formação pessoal, ligada à dimensão moral de sua prática. (DIBBITS et al., 1989, p. 83).

Outro aspecto de fundamental importância foi o lugar dado por essas mulheres à educação, especialmente à formação política. Elas se organizavam para ensinar e aprender juntas, em comunhão, como se pode observar nas seguintes citações:

Aprendemos, por exemplo, como entrar em um escritório, como falar, como se apresentar... era como uma escola. (Petronila Infantes, 29-10-85) [...] Mandamos officios para as Casas e gráficas, pedindo doações de livros. Recebemos doações e fizemos uma estante. Havia livros de todo tipo, obras sociais, contos, tudo isso. Uma companheira, Graciela Rodríguez, dizia: 'Leia, tire um livro e leia'. Eu lia, e as outras também liam para as demais. (Petronila Infantes, 25-8-86) [...] Comecei a ler o jornal desde que me sindicalizei. Pegava os nomes e, quando chegava em casa, arrumava tudo, buscando entender melhor. Dessa forma, pratiquei bastante. Claro, não tenho muita ortografia, mas leio bem. (Cristina Medrano, 23-1-86) (DIBBITS et al., 1989, p. 45-46) .

Esse tipo de educação autônoma e popular converge com os princípios defendidos pelo célebre intelectual Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), ao evidenciar uma busca por emancipação e empoderamento. Segundo Freire, uma educação libertadora rompe com a visão de mundo linear e capitalista, na qual o sonho do oprimido se reduz a tornar-se opressor. Além disso, propõe preparar cada sujeito para atuar na sociedade com liberdade individual e coletiva.

Freire defende uma prática educativa que promova a reflexão crítica a partir da vida cotidiana de cada contexto territorial, reconhecendo as identidades culturais e os saberes tradicionais. Também enfatiza a importância do afeto e da conexão entre os participantes dos processos educativos, bem como a relação com o próprio corpo, com o território e com os outros seres da natureza, como aspectos fundamentais para a constituição de cada ser humano.

As ações das *cholitas* anarquistas demonstram uma interação crítica com o Estado nacional, buscando situar-se em um ponto de interseção entre a ideologia política estatal e o anarquismo. Elas também lutavam pela soberania popular em todas as suas dimensões, refletindo sobre as obrigações do Estado e avaliando em que contextos poderiam exercer mais ou menos autonomia, conforme suas condições sociais.

Para Larrañaga et al. (2014), a economia solidária consiste na articulação entre pensamento e prática de empoderamento, partindo de subjetividades contra-hegemônicas, capazes de propor outras formas de economia, trabalho e política, consolidadas em projetos de

vida mais éticos. Nas palavras das autoras: “Sob essa perspectiva, o empoderamento é um processo de aquisição de poder, entendendo poder como a capacidade de ser e de se expressar, especialmente para as pessoas desempoderadas, que têm pouco controle sobre suas vidas.” (LARRAÑAGA et al., 2014, p. 92).

De acordo com a Rede de Redes de Economia Alternativa e Solidária, a economia solidária se estrutura em seis dimensões fundamentais: 1) equidade; 2) o trabalho como elemento chave para a qualidade de vida; 3) sustentabilidade ambiental; 4) cooperação; 5) ausência de caráter lucrativo; e 6) compromisso com o entorno. (Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria, 2011, *apud* LARRAÑAGA et al., 2014).

Dessa forma, observa-se que a *Federación Obrera Femenina* (FOF) atendia aos critérios contemporâneos para ser considerada uma rede de economia alternativa e solidária, uma vez que promovia a equidade de gênero, buscava melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho digno, respeitava os ciclos naturais e a relação entre ser humano e natureza, baseava-se na cooperação entre as participantes e coletivos em ampla escala, não visava lucro e demonstrava profundo comprometimento com seu entorno social, participando ativamente de reivindicações e protestos sociais na cidade de La Paz.

## 6 Considerações finais

As classes econômicas altas do sistema capitalista operam como se estivessem desvinculadas dos limites dos corpos humanos e dos limites físicos do planeta Terra, sustentando uma lógica de exploração que ignora as fronteiras ecológicas e humanas. Essa lógica se manifesta, entre outras formas, pela apropriação do tempo de trabalho dos sujeitos, de maneira análoga à forma como o patriarcado se apropria do tempo e do trabalho de cuidado das mulheres. Tal estrutura permite que os homens concentrem sua energia e tempo na esfera pública da sociedade, delegando às mulheres a responsabilidade sobre o cuidado e a reprodução da vida.

Nesse contexto, os corpos-territórios das mulheres tornam-se suportes da apropriação do trabalho – tanto remunerado quanto não remunerado – que serve como base invisível do desenvolvimento capitalista. Essa dinâmica histórica configura o que Moreno e Nobre (2020), com base em Salleh (2009), denominam uma dívida histórica dos Estados Nacionais para com as mulheres: uma dívida social, ecológica e corporificada, que só poderá ser quitada com o

rompimento das hierarquias e das relações de poder entre homens e mulheres, bem como entre seres humanos e a natureza.

Sob essa perspectiva, autores como Elizabeth Jelin (1993) e Luis Macas (2005) enfatizam a urgência de desenvolver epistemologias alternativas que privilegiem uma visão de mundo construída desde as bases – *desde abajo*, a partir do povo e para o povo – visando à continuidade histórica da humanidade e à sustentabilidade da vida em sentido amplo. Jelin (1993) também destaca a importância de espaços formativos para a construção da cidadania e do aprendizado coletivo dos direitos e responsabilidades dos sujeitos em suas comunidades – papel esse que a *Federación Obrera Femenina* (FOF) e seus sindicatos desempenharam de forma exemplar ao longo de sua trajetória.

O líder indígena quíchua equatoriano Luis Macas (2005) defende que a atuação indígena deve propor formas alternativas de enfrentamento às lógicas de exploração do mercado e da globalização, com base em suas identidades ancestrais. Tais formas atuam como resistência contra o processo de homogeneização cultural, especialmente nas esferas política e econômica. Segundo Macas, os povos originários são capazes de manter e revitalizar suas próprias economias, pautadas na cooperação e solidariedade – em nítido contraste com o que ele denomina o “mundo da acumulação”. Essa proposta encontra eco nas práticas das participantes da FOF, cujo caráter comunitário e solidário expressa, na prática, essas formas alternativas de organização econômica e social.

César Enrique Piñeda Ramírez (2019) também contribui para esse debate ao afirmar que as comunidades populares e indígenas guardam, em suas tradições, práticas de ação política autônoma. Essa autonomia pode ser observada nas experiências das *cholitas* anarquistas, que souberam articular pautas do anarquismo moderno com as práticas autônomas originárias, conformando uma práxis que unia crítica social e reafirmação cultural.

Uma forma de fazer política que tem como princípio o cuidado e a reprodução da vida das famílias que a integram. É uma política comunitária, cujas formas, modos, instituições, normas e relações são totalmente distintas da política estatalizada dominante. É, ao mesmo tempo, uma política autônoma (RAMÍREZ, 2019, p. 144).

Conclui-se que a atuação da *Federación Obrera Femenina* (FOF) e de seus sindicatos constituiu uma importante expressão de protagonismo político feminino e coletivo, gerando benefícios significativos tanto para as mulheres quanto para a sociedade boliviana do século XX. As *cholitas* anarquistas enfrentaram uma verdadeira “monocultura das mentes” (SHIVA, 2002), resistindo às tentativas de homogeneização e hegemonização política e cultural impostas

pelo colonialismo e pelo capitalismo. A partir de princípios anarquistas, feministas e da economia solidária, essas mulheres defenderam os interesses da classe trabalhadora, construindo formas alternativas de organização econômica e social que se baseavam na autogestão, na ética do cuidado e na reciprocidade comunitária. Assim, contribuíram para a reconstrução dos vínculos sociais historicamente fragmentados, promovendo uma política do cotidiano ancorada na sustentabilidade da vida e na autonomia dos corpos e dos territórios.

### Referências

BAGGIO, Maria Aparecida; LORENZINI ERDMAN, Alacoque. A circularidade dos processos de cuidar e ser cuidado na conformação do cuidado “do Nós”. *Revista de Enfermagem*, 2015, 4(7), 11-20. <http://dx.doi.org/10.12707/RIV15012>.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia* / Larissa Mies Bombardi. - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p. ISBN:978-85-7506-310-1.

BOSCH, Anna, Cristina Carrasco y Elena Grau. *Verde que te quiero violeta*. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecología. Disponível em: <https://www.mundubat.org/proyecto/verde-que-te-quiero-violeta-encuentros-y-desencuentros-entre-feminismo-y-ecologismo/>. Acesso em: 07 de mai. de 2024.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, p. 11-25.

DIBBITS, Ineke; PEREDO, Elizabeth; VOLGGER, Ruth; WADSWORTH, Ana Cecilia. *Polleras libertarias: Federación Obrera Femenina 1927-1965*. Editorial Mujuta Tarpuna. HISBOL. La Paz, Bolivia. 1989.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: Feminismo e a política dos comuns*. Tradução coletivo Sycorax: Solo Comum. São Paulo: Editora Elefante, 2022. ISBN 978-65-87235-70-7.

FORO de economía y buen vivir. Ati Quigua. *Facebook*. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/AtiQuigua/videos/4879061218837704> Acesso em: 22 de abr. de 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. *O mundo, hoje*, v.21.

FRIGGERI, Félix Pablo. Repensando la Soberanía Popular como base del Constitucionalismo Latinoamericano y Caribeño. In: Mauro Victoria Soares; Felix Pablo Friggeri; Tchenna Fernandes Maso; Fagner Fernandes Stasiaki [Orgs.] *Novo Constitucionalismo Latinoamericano e descolonização do Direito*. Vol. I. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 266p. 16 x 23 cm. ISBN: 978-85-7993-925-9 [Impresso]. 978-85-7993-926-6 [Digital].

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad de México: Editorial Corde y Confección. 2014.

HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom – Vulnerabilidade* [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://clima.com.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HERRERO, Yayo. Economía feminista y economía ecológica, el diálogo necesario y urgente. *Revista de Economía Crítica*, nº22, segundo semestre 2016. ISSN 2013-5254.

JELIN. Elizabeth. Cómo construir ciudadanía? Una visión desde abajo. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, nº 55, 1993, p. 21-37.

KOROL, Claudia. *Somos tierra, semilla, rebeldía: mujeres, tierra y territorio en América Latina*. Coedición de GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre. 2016.

LAS Cholas anarquistas en Bolivia (Federación obrera femenina. *Escupamos La Historia*. Youtube. 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NGb\\_4OsqNM8](https://www.youtube.com/watch?v=NGb_4OsqNM8) Acesso em: 23 de abr. de 2024.

LARRAÑAGA, Mertxe; JUBETO, Yolanda; DE LA CAL, María Luz; DÍEZ, Maria Angeles; PÉREZ, Zaloa. *Construyendo la economía solidaria desde la economía feminista y el enfoque de las capacidades*. Una apuesta a favor de la sostenibilidad de la vida. XIV Jornadas de economía crítica. Perspectivas económicas alternativas. Universidad de País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea y Red de Economía Alternativa y Solidaria (REAS Euskadi) . Valladolid, 2014.

LIMA, Nabylla Fiori; CARVALHO, Alysso Eduardo Aquino. Para além da autogestão: A construção de uma subjetividade solidária no movimento anarquista. In: *Congresso de pesquisadores de economia solidária*. 2, 2018, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2018. Disponível em <http://conpes.ufscar.br/anais-ii-conpes>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MACAS, Luis. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. In: *Pueblos Indígenas, Estado y democracia*. Org: DÁVALOS, Pablo. Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISBN 987-1183-15-1.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Revista Direito e Práxis*. Vol. 07, N. 15, 2016, p. 838-873. Rio de Janeiro. 2016.

PEÑUELA, Vanesa; VARGAS, César. *Las cholitas anarquistas*. Breve história de un sindicato libertario femenino de Bolivia. Goethe Institut. 2021.

PEREIRA, Joselaine Raquel da Silva. Conexões entre mulheres e agroflorestas: diálogos de saberes para o cuidado e a cura dos corpos-territórios. *Cadernos de Agroecologia* – ISSN 2236-7934 - Anais dos Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021.

PEREIRA, Joselaine Raquel da Silva. *Mulheres da Terra*: um panorama antropológico sobre as diversidades de relações e conexões entre a terra e as mulheres em Abya Yala. 2020. 60 f. Dissertação (Graduação em Antropologia) Universidade Federal da Integração Latinoamericana. Foz do Iguaçu.

RAMÍREZ, César Enrique Pineda. Comunidad, autonomía y emancipación. In: *Vuelta a la autonomía*: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina. Coords: LÓPEZ, Pabel; MAKARAN, Gaya; WAHREN, Juan. Editorial El Colectivo. México. 2019.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2002. Trad. Dinah de Abreu Azevedo.

TAKUÁ, Cristine. Seres criativos da floresta. *Cadernos SELVAGEM*. Publicação digital da Dantes Editora Biosfera, 2020.

TAMAYO, Wara Belén Palacios. *Ante El Delirio Occidental, Nosotras Decidimos: Feminismo Comunitario Antipatriarcal*. Mujeres Que Se Rebelan. 2022. 101 f. Dissertação (Graduação em Antropologia) Universidade Federal da Integração Latinoamericana. La Paz.

## **Propuestas de economías solidarias de los movimientos de mujeres indígenas en Abya Yala: el caso de las cholitas anarquistas de Bolivia**

### **Resumen**

Las mujeres indígenas de Abya Yala han sufrido violencias interseccionales, resultantes principalmente del proceso de colonización y de la colonialidad de nuestras mentes y cuerpos. Sin embargo, estas mismas mujeres han construido estrategias de resistencia, basadas en el fortalecimiento de los lazos sociales y en la conexión con los seres humanos y los "más que humanos". El movimiento de las cholitas anarquistas de Bolivia, al organizarse colectivamente a través de prácticas anarcosindicalistas, luchó por derechos y por la transformación de las desigualdades sociales, logrando cambios efectivos en los ámbitos social y económico para la sociedad de la época, especialmente para las trabajadoras de la economía del cuidado. El objetivo de este estudio es analizar este movimiento a partir de una revisión bibliográfica con perspectiva antropológica y ecofeminista, buscando ejemplos de alternativas organizacionales relacionadas con la economía solidaria y la sostenibilidad de la vida, basadas en la autogestión.

Palabras claves: Autogestión; Cholitas anarquistas; Ecofeminismos; Economías solidarias; Sostenibilidad de la vida.

## **Propositions d'économies solidaires des mouvements de femmes autochtones en Abya Yala: le cas des cholitas anarchistes de Bolivie**

### **Résumé**



Les femmes autochtones d'Abya Yala ont subi des violences intersectionnelles, résultant principalement du processus de colonisation et de la colonialité de nos esprits et de nos corps. Cependant, ces mêmes femmes ont construit des stratégies de résistance, basées sur le renforcement des liens sociaux et la connexion avec les êtres humains et les « plus qu'humains ». Le mouvement des cholitas anarchistes de Bolivie, en s'organisant collectivement à travers des pratiques anarcho-syndicalistes, a lutté pour des droits et pour la transformation des inégalités sociales, obtenant des changements effectifs dans les sphères sociale et économique de l'époque, notamment pour les travailleuses de l'économie du soin. L'objectif de cette étude est d'analyser ce mouvement à partir d'une revue bibliographique avec une perspective anthropologique et écoféministe, en recherchant des exemples d'alternatives organisationnelles liées à l'économie solidaire et à la durabilité de la vie, basées sur l'autogestion.

Mots-clés: Autogestion; Cholitas anarchistes; Écoféminismes; Économies solidaires; Durabilité de la vie.

## **Proposals for Solidarity Economies of Indigenous Women's Movements in Abya Yala: The Case of the Anarchist Cholitas of Bolivia**

### **Abstract**

Indigenous women of Abya Yala have suffered intersectional violence, mainly as a result of the colonization process and the coloniality of our minds and bodies. However, these same women have built resistance strategies based on strengthening social ties and connecting with human and "more-than-human" beings. The movement of the anarchist cholitas of Bolivia, by organizing collectively through anarcho-syndicalist practices, fought for rights and the transformation of social inequalities, achieving effective changes in the social and economic spheres of their time, especially for workers in the care economy. The objective of this study is to analyze this movement through a bibliographic review with an anthropological and ecofeminist perspective, seeking examples of organizational alternatives related to the solidarity economy and the sustainability of life, based on self-management.

Keywords: Anarchist cholitas; Ecofeminisms; Self-management; Solidarity economies; Sustainability of life.